



ENTREVISTA **PAULA FRANCO** Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

“Orçamento não dá sinais de confiança para as empresas”

Paula Franco defende redução de 50% do IRC para 2020. “Iria beneficiar as empresas que têm suportado a economia”, diz.

ANTÓNIO VASCONCELOS MOREIRA

amoreira@jornaleconomico.pt

Paula Franco faz um balanço “muito positivo” do primeiro mandato à frente da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), que pretende continuar a liderar até 2025. Ao Jornal Económico, assume o objetivo de lutar por uma melhor justiça fiscal e tece duras críticas à redefinição dos procedimentos a adotar para a submissão do ficheiro SAF-T ao Fisco, o chamado ‘Big Brother’ fiscal. Elogia o trabalho dos contabilistas certificados que estiveram “na linha da frente” no apoio às empresas e que foram “psicólogos” dos empresários. Alerta ainda que as empresas estão “cansadas” de estar na expectativa e sublinha que não tiveram o apoio necessário do Governo na proposta de Orçamento do Estado para 2021, nem na versão preliminar do Plano de Recuperação e Resiliência entregue à Comissão Europeia.

Como estão a entrar as empresas a entrar no último trimestre de 2020?

As empresas estão com muita cautela e falta de confiança no futuro. Embora saibamos que, provavelmente, não vai haver um encerramento como o que o existiu, as empresas não deixam de estar receosas com as consequências que haverá por força das circunstâncias. As empresas estão cansadas de estar na expectativa.

Continuam a registar quebras na faturação e a adiar investimentos?

Muitas, sim, mas depende dos setores de atividade. Há um pouco de tudo: empresas da informática e das novas tecnologias que registaram um aumento do volume de negócios e contrataram pessoas não tiveram quebras de faturação, mas também há setores que, por muito que queiram reinventar-se, não têm qualquer hipótese, nomeadamente os que estão ligados ao ajustamento de pessoas – eventos, formações – e ao turismo.

O Governo deveria ter apresentado medidas para capitalizar as empresas em sede de Orçamento do Estado (OE)?



sas e não apenas para a manutenção do emprego.

Que medidas poderiam ter sido apresentadas?

Uma redução de 50% no IRC para o ano de 2020 beneficiava as empresas que têm lucros e que têm sustentado a economia, as outras mais fustigadas já têm outros apoios e não iriam beneficiar. Seria um sinal de agradecimento porque as empresas estão a ter um comportamento exemplar nesta crise, a não ser as que não têm qualquer hipótese e que, mesmo assim, tiveram um comportamento muito acima do que era expectável, pagando impostos e recorrendo poucas vezes ao diferimento das prestações.

Destaca alguma medida do Governo que tenha sido positiva para as empresas?

A única medida que vejo como positiva para as empresas, principalmente aquelas que estão ainda com alguma capacidade, foi o CSEI2, que foi aprovado no Orçamento Suplementar. É um incentivo fiscal extraordinário que permite deduzir 20% do valor de novos investimentos no imposto final. É a única medida de incentivo ao investimento e às empresas que não seja só a manutenção dos postos de trabalho. É um incentivo extremamente importante para as empresas que têm possibilidade de fazer investimentos até ao final do ano e que se prolonga entre 1 janeiro de 2021 e o final de junho de 2021.

A tomada de posse de Siza Vieira como ministro da Economia foi encarada como um sinal de que iria ajudar a revitalizar as empresas. Tendo em conta as medidas tomadas pelo Governo, sente que o ministro terá perdido influência política?

Acho que não. O ministro foi apanhado num contexto que não era expectável. Em fevereiro, estávamos numa situação de quase pujança económica e tudo apontava para os melhores anos das vidas das empresas portuguesas, em que o ministro teria muitas oportunidades para relançar a economia de forma mais eficaz. Infelizmente, fomos apanhados por isto e o Governo teve de alterar o que seriam as suas políticas para situações de emergência. Claro que, dentro das situações de emergência, podem fazer-se opções e as que têm estado a ser feitas têm sempre dois princípios: a manutenção dos postos de trabalho e o financiamento das empresas. São opções, acho que se poderia ter ido mais além e acho que o ministro da Economia terá essa sensibilidade. Aliás, fala-se numa medida extra ao OE só para dinamizar a economia. Por

isso, vamos aguardar até ao final do ano para que assim seja.

Que leitura fez da versão preliminar do Plano de Recuperação e Resiliência que o Governo entregou à Comissão Europeia?

É um documento cheio de intenções que me parecem positivas, mas peca numa questão – baseia-se muito no investimento público e menos no investimento privado e na dinamização da economia. Claro que ao dinamizar o investimento público pode dizer-se que se está a dinamizar o investimento privado, mas gostaria de ver mais medidas para as empresas porque são elas que trazem riqueza para o país. O investimento público é uma forma artificial de trazer essa riqueza.

A pandemia criou problemas sociais e afetou as empresas.

Que impactos teve junto dos contabilistas certificados?

Os contabilistas estiveram na linha da frente a ajudar as empresas com muitas horas de trabalho extra e pouco descanso durante este período, triplicaram o trabalho sem haver diminuição das suas obrigações normais, o que exigiu um esforço e uma dedicação enormes. O Estado foi implementando regularmente inúmeras medidas desde março com legislação complexa e os contabilistas certificados ajudaram as empresas a compreender e a optar pelos apoios que existiam e, consequentemente a sobreviverem. Foram ‘psicólogos’, estiveram a acalmar os empresários que, num primeiro momento, entraram em pânico porque não sabiam o que é que ia acontecer.

Os contabilistas tiveram de saber lidar com a pressão

e deram provas da sua resiliência.

Tiveram a capacidade de reinventar, com muito trabalho acrescido e não deixaram de ter as suas funções, ainda que flexibilizadas nalguns prazos – não foram flexibilizadas que foram compensadas face ao trabalho extra que tiveram – sem poder recorrer a novos recursos porque algum deste trabalho foi cobrado e algum foi gratuito e por isso não houve possibilidade para fazer contratações. Deram boa resposta ao desafio e um bom acompanhamento técnico aos clientes na interpretação complexa de toda a legislação que foi sendo publicada que outros profissionais podiam acompanhar no momento. Os contabilistas têm uma característica: não podem esperar por clarificações [das medidas]. Normalmente, quando isso acontece, já tiveram de as aplicar. ●

Sim. Embora o OE tenha uma forte componente social e de investimento público, que são áreas que vão trazer tranquilidade para as famílias e, na parte do investimento público, para a economia, poderia ter ido mais além. Faltou uma mensagem positiva para as empresas. Claro que o sentido dos apoios também é para as empresas, porque manter postos de trabalho também é para as empresas, mas faltou uma medida mais agressiva para dizer às empresas que “estamos a olhar por vós”. As empresas precisavam destes sinais e poderiam significar confiança para que as empresas com lucro investissem. O OE poderia ter ido mais além, dando um sinal positivo para a manutenção das empre-

“

O investimento público é uma forma artificial de trazer riqueza para o país”



“Se a intenção da AT é ter uma inspeção generalizada, tem de o dizer”

Paula Franco afirma que encriptação pela Casa da Moeda dos dados submetidos ao Fisco é “altamente grave”.

ANTÓNIO VASCONCELOS MOREIRA
amoreira@jornaleconomico.pt

Alguns contabilistas foram pressionados pelos bancos a falsificar declarações sobre a faturação de empresas de forma a terem acesso às linhas de crédito Covid-19, tendo a OCC aberto um inquérito disciplinar a 11 contabilistas. Como evoluiu esse processo?

Continuamos a ter algumas denúncias e vão sendo agregadas ao processo, que já enviámos para o Ministério Público. Entretanto, recebemos um pedido de informação sobre os contabilistas envolvidos e estamos a tentar responder às questões. A verdade é que estas situações ocorreram, este plano de pressão ocorreu, e esperamos que com a divulgação na comunicação social e com o que a OCC foi comunicando, sejam práticas que tenham ficado naquele período de tempo e não se repitam.

Em última análise, poderão ser expulsos da Ordem?

Se se conseguir provar que efetivamente falsificaram declarações sobre a faturação de empresas, depois serão analisados os atenuantes. Se houver situações de alguma prática anterior semelhante poderão levar, ou não, à expulsão.

Recentemente, defendeu que o decreto-lei que descaracteriza os dados que são enviados à Autoridade Tributária (AT), que ficou a cargo da Casa da Moeda, para efeitos de envio do SAF-T, não é exequível e que tem de ser alterado ou revogado, e disse também que o secretário de

Estado dos Assuntos Fiscais mostrou alguma sensibilidade. Que desenvolvimento teve este processo?

É um processo controverso e que não nasceu bem. Tinha de haver logo uma inclusão de todas as partes para se avaliar a exequibilidade do decreto-lei. A OCC esteve a acompanhar todo o processo, no sentido de o respeitar uma vez que era uma norma legal, mas a meio do processo percebemos que não é honesto. É um decreto-lei que não respeita a lei de bases [Lei nº119/2019, de 18 de setembro], nem a razão que lhe deu origem e isso suscitou muita desconfiança. O desrespeito da lei não é algo com que sejamos coniventes. Apreciamos-nos de que vale tudo para este processo, o que não nos agrada e, enquanto assim for, não terá o nosso acompanhamento.

A encriptação, pela Casa da Moeda, dos dados que são enviados para AT não é uma boa medida?

Parece-me que é altamente grave no sentido de desconfiar das empresas e dos contabilistas e isso deixou-nos muitíssimo desconfiados quanto a este processo. Foi um processo com pouca transparência mas acreditámos na boa-fé da AT e acompanhámos o processo, vindo a verificar que o que se está a passar leva-nos a desconfiar muito das intenções deste processo. Os processos têm de ser claros e transparentes e se a intenção da AT é ter uma inspeção generalizada, tem de o dizer, com clareza e transparência, não é com subterfúgios nem com diplomas que extravasam a lei de bases e que vêm trazer desconfiança a todos os intervenientes.

Qual seria a posição dos contribuintes?

É um pouco igual a esta, eu diria que ainda é de desconfiar mais em relação a esta norma. Mas como são questões muito técnicas, os contribuintes e as empresas têm alguma dificuldade em perceber, até nós contabilistas, porque nada disto é transparente. Andamos nisto há muito tempo, e há muitas coisas que não temos esclarecidas sobre o processo. Como é que os contribuintes vão perceber uma questão tão técnica? O que eles percebem é que os dados todos vão para a AT e isso não lhes parece que seja correto, é neste ponto que estamos. Agora, do ponto de vista técnico, há muita coisa que não está esclarecida.

É essa desconfiança que cria separações entre todos os intervenientes.

Repare, se não se conhece um pro-



cesso, desperta medo. Não é que os contabilistas tenham qualquer receio, mas há questões que têm de ser respeitadas, são questões de princípios. São os contabilistas que produzem demonstrações financeiras, não tem de ser a AT a fazê-lo. Se querem os dados, levem-nos. Mas não substituam tarefas técnicas e que se substituem por uma submissão de um ficheiro que é o contabilista que pode alterar quando há questões que saem dos sistemas informáticos. Os sistemas informáticos ainda vão demorar muito tempo a ajustar-se a esta realidade, nem sei se algum dia conseguirão – a impraticabilidade também tem a ver com isto.

Está a entrar no último ano do seu mandato. Que balanço faz? Faça um balanço muito positivo

que correspondeu aos nossos principais objetivos, mas os contabilistas é que terão de avaliar. Nós tínhamos um grande objetivo, que era não estragar o que tinha sido feito e não deixar de ter os serviços que os membros tinham e fazer mais e melhor. A nossa missão tem sido essa e aumentámos os serviços e o património da Ordem. Os financiamentos diminuíram consideravelmente e temos feito um esforço em termos financeiros para a estabilidade da instituição. Tínhamos também o grande objetivo de alinhar a proximidade dos membros da instituição e isso também parece que tem sido um ponto forte desta liderança. Claro que com a pandemia acabámos por estar um pouco mais distantes mas através das redes informáticas, com as nossas reuniões livres no YouTu-

“

Apreciamos-nos de que vale tudo para este processo, o que não nos agrada, e, enquanto assim for, não terá o nosso acompanhamento”



Cristina Bernardo

be, acabamos por estar muito presentes na vida dos contabilistas e estes presentes na vida da Ordem.

Que objetivos faltam atingir?

Temos o artigo 32 do RGIT, questões de princípio que estão a acontecer agora, uma melhor justiça fiscal, um melhor calendário e a diminuição de algumas obrigações que são repetidas e que não fazem qualquer sentido.

Mantém a vontade de se candidatar a um segundo mandato?

Sim, neste momento diria que sim. Ainda falta um ano e muita coisa acontece. Quando me apresentei na minha primeira candidatura disse que o faria por oito anos, portanto, dois mandatos. Tudo leva a crer que sim e é essa perspectiva que tenho. ●

ENTREVISTA

Paula Franco

Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados

“Orçamento do Estado não dá sinais de confiança para as empresas”

Paula Franco, Bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados defende a redução de 50% do IRC para 2020. “Iria beneficiar as empresas que têm suportado a economia”, diz. ● IV





ifthenpay Multibanco e MB WAY para a sua empresa
www.ifthenpay.com

ET CETERA
FÓRMULA 1: DE PORTIMÃO PARA O MUNDO
Terminou o longo 'fajuri' em que Portugal, país que apadrinhou o primeiro título mundial de Ayrton Senna, ficou de fora da mais importante prova do desporto motorizado. **P6 e 7**

Nº 2064 | 23 outubro 2020

O Jornal Económico

www.jornaleconomico.pt

Diretor Filipe Alves | **Diretor Adjunto** Shrikesh Laxmidas | **Subdiretor** Leonardo Ralha
Diretor de Arte Mário Malhão | **Preço** €3,20 (continente) | **Semanário**, sai às sextas

“Estratégia contra a corrupção é propositadamente vaga”

Susana Coroado, nova presidente da associação Transparência e Integridade, diz que as alterações ao Código dos Contratos Públicos abrem a porta à corrupção e considera que a estratégia do Governo para combater o fenómeno “dificilmente pode ser chamada de estratégia”. **• P12**

Cristina Bernardo

Bastonária dos contabilistas: “OE não dá confiança às empresas”

Em entrevista, Paula Franco diz que OE2021 deveria incluir apoios às empresas e critica atuação do Fisco **• Parlamento prepara-se para eventual chumbo do Orçamento • Portugal quer igualar Alemanha no défice em 2021 • P6, 8 e Especial**

VENDA DO EUROBIC
Isabel dos Santos contrata Marco António Costa e libanês desiste do banco se não ficar maioritário **• P26 e 34**

Indústria automóvel nacional prevê queda de 20% na atividade este ano

ACAP e AFIA antecipam ao JE uma quebra de 20% na atividade das mais de 240 empresas do setor em Portugal. **• P24**

Marco António Costa
Advogado e ex-secretário de Estado **PUB**

CAPITALIZAÇÃO
Orçamento ignora mercado de capitais, alertam empresas e investidores **• P4 e 5**

ÁGUAS
Be Water poderá exigir 200 milhões à Câmara de Paredes por resgate de concessão **• P13**

INTERNACIONAL
Angola volta a produzir ouro e abre a porta à Anglo-American **• P16**

RESCISÕES NA BANCA
Santander oferece dois salários por ano e causa embaraço ao Montepio **• P3**

BARÓMETRO EY
EY Building a better working world ey.com
Página 33 **PUB**



EDP 10K VIRTUAL RACE 30 OUT - 01 NOV
INSCREVA-SE JÁ EM portugal.virace.com

